



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



PRIMEIRA CÂMARA

SESSÃO DE 14/08/2018

ITEM Nº 044

TC-003940/989/16

Prefeitura Municipal: Jeriquara.

Exercício: 2016.

Prefeito(s): Sebastião Henrique Dal Piccolo.

Advogado(s): Carlos Eduardo Barbosa Teixeira (OAB/SP nº 229.758), Fernando Henrique Alves Pereira (OAB/SP nº 380.467) e outros.

Procurador(es) de Contas: João Paulo Giordano Fontes.

Fiscalizada por: UR-17 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-17 - DSF-I.

Aplicação total no ensino	31,62% (mínimo 25%)
Investimento no magistério – verba do FUNDEB	94,91% (mínimo 60%)
Total de despesas com FUNDEB	100%
Investimento total na saúde	18,85% (mínimo 15%)
Transferências à Câmara	6,70% (máximo 7%)
Gastos com pessoal	53,49%
Encargos sociais	Em ordem
Subsídios dos Agentes Políticos	Em ordem
Precatórios	Em ordem
Resultado da execução orçamentária	Déficit de 5,30% - (R\$ 809.690,99)
Resultado financeiro	Positivo em R\$ 277.249,50
Restrições do Último Ano de Mandato	Apontamentos justificados

	2015	2016	Resultado
i-EGM	B+	B+	
i-Educ	B+	B+	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-Saúde	B+	A	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
i-Planej.	B	B+	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
i-Fiscal	B+	B	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-Amb	B+	B+	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
i-Cidade	C	C	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SÍDEC (DEFESA CIVIL).
i-Gov-TI	B	C+	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A - Altamente Efetiva / B+ - Muito Efetiva / B - Efetiva / C+ - Em fase de adequação / C - Baixo nível de adequação

Porte Muito Pequeno

Região Administrativa de Franca

Quantidade de habitantes: 3.146

Em exame, contas anuais do exercício de 2016 da Prefeitura Municipal de **JERIQUARA**, cuja fiscalização *in loco* esteve a cargo da Unidade Regional de Ituverava – UR-17.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Anteriormente à inspeção ordinária, foi realizada fiscalização ordenada, de natureza operacional, destinada a verificar o programa de Transporte Escolar (*evento 9*).

No relatório constante do evento 31.23, as impressões e os pontos destacados na conclusão dos trabalhos se referem aos seguintes itens:

Item A.3 – FISCALIZAÇÃO ORDENADA

- Falhas quanto ao transporte escolar, no que diz respeito à presença do monitor de transporte escolar para acompanhamento / orientação do aluno.

Item B.1.5.1 – RENÚNCIA DE RECEITAS

- Não atendeu ao disposto do artigo 14 da LRF, em virtude de concessão de benefício fiscal sem a estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

Item B.5.3.1 – REGIME DE ADIANTAMENTO

- Atrasos na prestação de contas, em desconformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 097, de 20/03/1996.

Item B.6 – TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS

TESOURARIA: Pendências antigas registradas na conciliação bancária e não solucionadas.

Item C.1.1 – FALHAS DE INSTRUÇÃO

- Fracionamento de despesas sujeitas à licitação sem a realização de processo licitatório, em afronta ao inciso II, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Item C.2.4 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

- O Município, antes de aterrar o lixo, não realiza o tratamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou aproveitamento.

Item D.1 – CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

- Cumprimento parcial da norma prevista no art. 48 da LRF, haja vista ausência de divulgação, na página eletrônica do Município, do PPA 2014/2017, da LDO 2015 e 2016, da LOA 2016, de balanços de exercício e dos RGF e RREO de exercícios anteriores a 2017.

Item D.2 – FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

- Foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema AUDESP, no que tange ao registro da modalidade de licitação nos empenhos da despesa.

Item D.3.1 – QUADRO DE PESSOAL

- As atribuições dos cargos providos em 2016 (Chefe de Gabinete, Chefe de Setor de Informática, Assessor Administrativo e Fiscal Tributário) não foram definidas através de lei.

Item D.5 – ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



- Descumprimento quanto às recomendações deste Tribunal de Contas para adotar um destino adequado aos rejeitos sólidos.

Item E.3 – VEDAÇÃO DA LEI Nº 4.320, DE 1964

- Em dezembro de 2016, a Prefeitura empenhou mais do que um duodécimo da despesa prevista, desatendendo, assim, a norma prevista pelo art. 59, § 1º da Lei nº 4.320, de 1964.

Nos termos dos quadros formulados pela fiscalização, o Executivo cumpriu a aplicação mínima constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino geral (MDE), indicando investimentos que corresponderam a 31,62% da receita de arrecadação e transferência de impostos durante o período.

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		
RECEITAS	12.807.998,38	
Ajustes da Fiscalização		
Total de Receitas de Impostos - T.R.I.	12.807.998,38	
FUNDEB - RECEITAS		
Retenções	2.334.670,22	
Transferências recebidas	2.591.148,78	
Receitas de aplicações financeiras	8.970,79	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.	2.600.119,57	
FUNDEB - DESPESAS		
Despesas com Magistério	2.467.792,97	
Outros ajustes da Fiscalização (60%)	-	
Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo: 60%)	2.467.792,97	94,91%
Demais Despesas	132.326,60	
Outros ajustes da Fiscalização (40%)	-	
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 40%)	132.326,60	5,09%
Total aplicado no FUNDEB	2.600.119,57	100,00%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	1.715.329,99	
Acréscimo: FUNDEB retido	2.334.670,22	
Dedução: Ganhos de aplicações financeiras <i>Ficha de Receita 29</i>		
Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno		
Aplicação apurada até o dia 31.12. 2016	4.050.000,21	31,62%
Acréscimo: FUNDEB: retenção até 5%: Aplic. no 1º trim. de 2017		
Dedução: Restos a Pagar não pagos - recursos próprios - até 2017		
Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios		
Aplicação final na Educação Básica	4.050.000,21	31,62%
PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO		
Receita Prevista Realizada	13.167.000,00	
Despesa Fixada Atualizada	4.801.700,00	
Índice Apurado	36,47%	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



A fiscalização também identificou que foram realizados investimentos correspondentes à totalidade das verbas do FUNDEB dentro do exercício e, ainda, que foram investidos 94,91% desse montante na valorização dos profissionais do magistério. Consignou, contudo, o não atingimento das notas projetadas para o IDEB, relativas ao último exercício examinado.

Os investimentos na saúde superaram o mínimo constitucional, alcançando 18,85% do valor da receita e transferências de impostos.

SAÚDE	Valores - R\$
Receitas de impostos	12.807.998,38
Ajustes da Fiscalização	
Total das Receitas	12.807.998,38
Total das despesas empenhadas com recursos próprios	2.413.710,68
Ajustes da Fiscalização	
Restos a Pagar Liquidados não pagos até 31.01 de 2017	
Valor e percentual aplicado em ações e serviços da Saúde	2.413.710,68 18,85%
Planejamento atualizado da Saúde	
Receita Prevista Atualizada	13.167.000,00
Despesa Fixada Atualizada	2.457.600,00
Índice apurado	18,66%

O quadro elaborado pela inspeção indica que houve déficit na arrecadação da receita, em montante de R\$ 1.028.369,66, equivalente a 6,73%, situação que favoreceu o **déficit** da execução orçamentária no encerramento do exercício, perfazendo R\$ 809.690,99, equivalente a 5,30% das receitas arrecadadas, o qual encontrou integral amparo em superávit financeiro vindo do exercício anterior (*Resultado Financeiro de 2015 = Positivo em R\$ 1.086.866,40*).

A fiscalização realçou a abertura de créditos adicionais e a realização de transposições, remanejamentos e transferências em total de R\$ 3.696.510,00, correspondente a 23,80% da despesa inicialmente fixada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Receitas	Previsão	Realização	AH %	AV %
Receitas Correntes	18.608.000,00	17.329.335,06	-6,87%	113,47%
Receitas de Capital	100.000,00	276.965,50	176,97%	1,81%
Receitas Intraorçamentárias				
Deduções da Receita	(2.408.000,00)	(2.334.670,22)	-3,05%	-15,29%
Subtotal das Receitas	16.300.000,00	15.271.630,34		
Outros Ajustes				
Total das Receitas	16.300.000,00	15.271.630,34		100,00%
Déficit de arrecadação		1.028.369,66	-6,31%	6,73%
Despesas Empenhadas	Fixação Final	Execução	AH %	AV %
Despesas Correntes	15.039.500,00	13.987.185,75	-7,00%	86,98%
Despesas de Capital	1.446.600,00	1.326.163,73	-8,33%	8,25%
Reserva de Contingência	900,00			
Despesas Intraorçamentárias				
Repasses de duodécimos à CM	768.000,00	768.000,00	0,00%	4,78%
Transf. Financeiras à Adm. Indireta				
Dedução: devolução de duodécimos		(28,15)		
Subtotal das Despesas	17.255.000,00	16.081.321,33		
Outros Ajustes				
Total das Despesas	17.255.000,00	16.081.321,33		100,00%
Economia Orçamentária		1.173.678,67	-6,80%	7,30%
Resultado Ex. Orçamentária:	Déficit	(809.690,99)		5,30%

Relacionou, ainda, o histórico de resultados orçamentários e percentuais de investimentos dos exercícios anteriores:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento em relação à RCL
2015	Superávit de	6,12%	5,51%
2014	Déficit de	-3,29%	16,56%
2013	Superávit de	0,31%	10,87%

O resultado financeiro do exercício fixou-se em R\$ 277.249,50, com redução de 74,49% em relação ao período anterior. O resultado econômico, por sua vez, foi positivo, em R\$ 463.733,30, e houve crescimento patrimonial de 5,44%.

Resultados	2015	2016	%
Financeiro	1.086.886,40	277.249,50	74,49%
Econômico	1.366.826,94	463.733,30	66,07%
Patrimonial	8.908.582,11	9.392.967,96	5,44%

Os cálculos da fiscalização apontaram Índice de Liquidez Imediata no encerramento do exercício de 2,48, denotando que a Prefeitura possuía liquidez em face aos compromissos de curto prazo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Componentes da DCP	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Pessoal a Pagar	6.045,99	6.777.884,30	6.783.930,29	-
Encargos Sociais a Pagar	92.204,28	1.429.659,05	1.420.066,91	101.796,42
Empréstimos e Financiamentos a	912,31	111.092,82	111.496,38	508,75
Fornecedores/Contas a Pagar	181.056,10	7.392.917,12	7.448.969,88	125.003,34
Consignações	130.197,46	1.492.450,66	1.488.044,89	134.603,23
Total	410.416,14	17.204.003,95	17.252.508,35	361.911,74
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Total Ajustado	410.416,14	17.204.003,95	17.252.508,35	361.911,74
Índice de Liquidez Imediata	Disponível	897.412,79	2,48	
	Passivo Financeiro	361.911,74		

A Dívida de Longo Prazo, por seu turno, foi reduzida em 23,96%, situando-se abaixo do limite definido pela Resolução Senatorial (120% da RCL).

Exercícios: anterior e em exame	2015	2016	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Precatórios	654.125,13	542.263,56	-17,10%
Parcelamento de Dívidas:	69.702,87	14.824,66	-78,73%
De Tributos			
De Contribuições Sociais:	69.702,87	14.824,66	-78,73%
Previdenciárias	69.702,87	14.824,66	-78,73%
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas	144.136,10	102.877,91	-28,62%
Dívida Consolidada	867.964,10	659.966,13	-23,96%
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	867.964,10	659.966,13	-23,96%

Registre-se que a Receita Corrente Líquida apresentou crescimento de R\$ 1.160.682,86, ou 8,39%, em comparação ao resultado alcançado no ano anterior. Em título comparativo, o PIB brasileiro do período foi negativo em 3,6% e a correção de preços pela inflação (IGPM) foi de 7,17%.

RCL de 2015	RCL de 2016	Crescimento
R\$ 13.833.981,98	R\$ 14.994.664,84	8,39%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



As Despesas de Pessoal se fixaram em 53,49% da Receita Corrente Líquida no 3º Quadrimestre, respeitando o limite estabelecido na alínea *b* do inciso III do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas extrapolando o limite prudencial previsto no Parágrafo Único do art. 22 do mesmo diploma legal (95% de 54% = 51,3% da RCL).

Período	Dez 2015	Abr 2016	Ago 2016	Dez 2016
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado	7.126.455,93	7.315.888,43	7.726.761,60	8.020.315,20
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Gastos Ajustados		7.315.888,43	7.726.761,60	8.020.315,20
Receita Corrente Líquida	13.833.981,98	13.753.314,56	14.096.148,90	14.994.664,84
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Receita Corrente Líquida Ajustada		13.753.314,56	14.096.148,90	14.994.664,84
% Gasto Informado	51,51%	53,19%	54,81%	53,49%
% Gasto Ajustado		53,19%	54,81%	53,49%

No que tange ao Quadro de Pessoal, a tabela abaixo demonstra a composição dos cargos efetivos e comissionados:

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Efetivos	413	417	244	247	169	170
Em comissão	26	26	16	18	10	8
Total	439	443	260	265	179	178
Temporários	2015		2016		Em 31.12 de 2016	
Nº de contratados	4				3	

Ainda sobre esse setor, realçou a fiscalização a existência de cargos em comissão cujas atribuições não estão definidas em lei, não restando comprovado que se revistam das características de direção, chefia ou assessoramento.

A inspeção não constatou irregularidades nos pagamentos dos Subsídios dos Agentes Políticos, os quais se derem a conformidade com o ato fixatório, registrando que a revisão concedida no exercício foi objeto de inquérito civil, estando suspensos os seus efeitos pecuniários.

Também foi anotado o recolhimento formal dos encargos sociais no exercício – RGPS e PASEP – destacando-se que inexistente Regime Próprio de Previdência na localidade e que não são efetuados pagamentos ao FGTS.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



A transferência de recursos financeiros à Câmara obedeceu ao limite imposto pela Constituição Federal, situando-se em 6,70% da receita tributária do exercício anterior.

Valor utilizado pela Câmara em:	2016	767.971,85
Despesas com inativos		-
Subtotal		767.971,85
Receita Tributária ampliada do exercício anterior:	2015	11.463.347,99
Percentual resultante		6,70%

Conforme informado, a Prefeitura adota Regime Especial Anual para a quitação dos Precatórios Judiciais, registrando-se a suficiência dos depósitos, a inexistência de Requisitórios de Baixa Monta a pagar no período e a tendência de quitação integral dos compromissos até 2020.

No que tange às regras fiscais direcionadas ao último ano de mandato, pode-se observar que foi dado cumprimento ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, haja vista a existência de cobertura monetária para as despesas empenhadas e liquidadas nos dois últimos quadrimestres.

Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 do exercício de:	2016
Disponibilidades de Caixa em 30.04	1.559.706,52
Saldo de Restos a Pagar Liquidados em 30.04	-
Empenhos liquidados a pagar em 30.04	457.157,59
Liquidez em 30.04	1.102.548,93
Disponibilidades de Caixa em 31.12	748.954,09
Saldo de Restos a Pagar Liquidados em 31.12	195.605,59
Cancelamentos de empenhos liquidados	-
Cancelamentos de Restos a Pagar Processados	-
Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo	-
Liquidez em 31.12	553.348,50

As despesas de pessoal foram reduzidas, em 1,29%, nos últimos 180 dias de mandato, dando-se cumprimento ao Parágrafo Único do art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Despesas de Pessoal nos últimos 180 dias do mandato no exercício de:				2016
Mês	Despesas de Pessoal	Receita Corrente Líquida	%	Parâmetro
06	7.508.540,49	13.708.143,66	54,7743%	54,7743%
07	7.615.305,94	13.971.744,67	54,5050%	
08	7.726.761,60	14.096.148,90	54,8147%	
09	7.812.007,27	14.011.687,28	55,7535%	
10	7.866.787,57	14.066.791,27	55,9245%	
11	7.914.761,37	14.569.146,03	54,3255%	
12	8.020.315,20	14.994.664,84	53,4878%	
Diminuição das despesas nos últimos 180 dias do mandato em:				1,29%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Não foram realizadas operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, em conformidade com o disposto na alínea *b* do inciso IV do art. 38 da LRF.

Quanto às restrições impostas pela Lei Eleitoral, não foram constatadas alterações remuneratórias, despesas com publicidade ou distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios durante o período vedado.

Ademais, os gastos com publicidade no 1º semestre de 2016 não superaram a média do triênio anterior, respeitando-se as disposições do inciso VII do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/1997.

Publicidade em ano eleitoral				
Semestres:	1º semestre/2013	1º semestre/2014	1º semestre/2015	1º semestre/2016
Despesas	840,00	800,00	1.650,00	900,00
Média apurada entre os três primeiros semestres dos exercícios anteriores				1.096,67
DESPESAS DO EXERCÍCIO INFERIORES À MÉDIA EM:				-196,67

Considerou a UR-17, contudo, desatendido o comando do § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 4.320/1964, tendo em vista o empenhamento de mais de um duodécimo da despesa no mês de dezembro.

<i>Previsão de despesa</i>	R\$ 15.532.000,00
<i>1/12 da Previsão de despesa</i>	R\$ 1.294.333,33
<i>Valor empenhado em dezembro</i>	R\$ 1.880.507,64
<i>Valor excedente empenhado em dezembro</i>	R\$ 586.174,31

Subsidiou a análise da matéria o seguinte expediente:

Protocolo	Interessado e Assunto
eTC-12394.989.16-4 (Tramitação autônoma)	Neusa Maria da Silva: Comunica possíveis irregularidades, desde 2014, no pagamento de licença-prêmio, com preterição de crédito e favorecimento de parente do Prefeito. Conclusão da Fiscalização: Procedência.

Procedeu-se à notificação do responsável pelos demonstrativos – Sr. Sebastião Henrique dal Piccolo, Prefeito Municipal – através do DOE de 07/12/2017 (*evento 35*), o qual também foi notificado pessoalmente, por ocasião da inspeção local, para acompanhar a movimentação processual por meio de despachos e decisões publicadas na Imprensa Oficial (*evento 31.1*).

O interessado anexou suas justificativas no evento 55.1, acompanhadas da documentação dos eventos 55.2 a 56.4, onde defendeu a boa



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



ordem do programa de transporte escolar, esclarecendo que a Administração ficou impossibilitada de contratar monitores de alunos em razão dos limites de Despesa de Pessoal impostos pela LRF.

Entendeu que a renúncia de receitas efetuada no exercício se enquadrou na hipótese do inciso II do § 3º do art. 14 da LRF, uma vez que os custos de cobrança da dívida seriam superiores ao montante passível de recuperação, o que dispensaria o estudo de impacto orçamentário-financeiro previsto no *caput* do mesmo artigo.

Considerou que os atrasos nas prestações de contas de Adiantamentos não implicaram em qualquer prejuízo ao erário, já que atingida a finalidade pública dos gastos, e pontuou que as divergências de Tesouraria se restringem a algumas taxas e tarifas de pequena monta, resumindo-se a falhas de cunho formal.

Disse que o fracionamento de despesas decorreu do entendimento equivocado da servidora responsável pelas licitações, que acreditou ser possível aferir o limite para gastos de forma individualizada entre os setores da Educação e da Administração. Afastou, contudo, qualquer ocorrência de prejuízo, já que as aquisições se deram em conformidade com o preço de mercado.

Afirmou que foram adotadas providências para a plena disponibilização dos documentos exigidos por lei no *site* da Prefeitura e advogou pela regularidade dos cargos em comissão da Municipalidade, os quais configuram atribuições de chefia e se restringem a 6,79% do total de vagas preenchidas.

Realçou que os empenhos realizados no último mês de mandato contavam com suficiente disponibilidade orçamentária e financeira, havendo liquidez suficiente para suportar todos os compromissos assumidos.

E, assim, considerando ter atendido os principais aspectos que norteiam a análise da matéria, pugnou pela aprovação das contas.

Assessoria Técnica analisou os aspectos econômicos das contas e destacou a boa ordem dos resultados contábeis, entendendo que o empenhamento de despesas acima do limite de um duodécimo no mês de dezembro não compromete os demonstrativos, conforme jurisprudência desta Casa. Opinou, assim, pela emissão de parecer favorável (*evento 66.1*).

Quanto aos aspectos jurídicos, deu destaque ao atendimento dos dispositivos constitucionais e legais relativos ao Ensino, à Saúde, ao FUNDEB, ao limite da Despesa com Pessoal e das Transferências à Câmara, ao recolhimento dos encargos sociais e à observância das restrições aplicáveis ao último ano de mandato. Manifesta-se, assim, pela emissão de parecer favorável, com recomendações (*evento 66.2*).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Chefia de ATJ endossou as manifestações de seus antecessores pela emissão de parecer favorável, com recomendações (*evento 66.3*).

Ministério Público de Contas, no horizonte oposto, considerou que o excessivo percentual de alterações orçamentárias, em caráter reincidente, o descumprimento das vedações impostas pelo Parágrafo Único do art. 22 da LRF e a inobservância à vedação do § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 4.320/1964 constituem panorama apto a comprometer as contas. Pugna pela emissão de parecer desfavorável, com recomendações (*evento 71*).

Registro a situação das últimas contas apreciadas nesta e. Corte:

Exercício	Processo	Parecer
2015	2550/026/15	Favorável com recomendações – DOE de 19/05/2017
2014	458/026/14	Favorável com recomendações – DOE de 30/04/2016
2013	1985/026/13	Favorável com recomendações – DOE de 02/12/2014

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



GCCCM

PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO DE 14/08/2018 – ITEM 044

Processo: 00003940.989.16-3

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA

Responsável: Sebastião Henrique Dal Piccolo – Prefeito Municipal

Período: 01/01 a 31/12/2016

Assunto: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2016

Advogados: Fernando Henrique Alves Pereira (OAB/SP 380.467) e outros

Aplicação total no ensino	31,62% (mínimo 25%)
Investimento no magistério – verba do FUNDEB	94,91% (mínimo 60%)
Total de despesas com FUNDEB	100%
Investimento total na saúde	18,85% (mínimo 15%)
Transferências à Câmara	6,70% (máximo 7%)
Gastos com pessoal	53,49%
Encargos sociais	Em ordem
Subsídios dos Agentes Políticos	Em ordem
Precatórios	Em ordem
Resultado da execução orçamentária	Déficit de 5,30% - (R\$ 809.690,99)
Resultado financeiro	Positivo em R\$ 277.249,50
Restrições do Último Ano de Mandato	Apontamentos justificados

	2015	2016	Resultado
i-EGM	B+	B+	
i-Educ	B+	B+	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-Saúde	B+	A	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
i-Planej.	B	B+	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
i-Fiscal	B+	B	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-Amb	B+	B+	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
i-Cidade	C	C	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SÍDEC (DEFESA CIVIL).
i-Gov-TI	B	C+	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A - Altamente Efetiva / B+ - Muito Efetiva / B - Efetiva / C+ - Em fase de adequação / C - Baixo nível de adequação

Porte Muito Pequeno

Região Administrativa de Franca

Quantidade de habitantes: 3.146

I – A Administração de JERIQUARA demonstrou ter dado atendimento regular aos principais vetores que orientam a análise das contas, durante o exercício de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



a) A aplicação de recursos no ensino geral atingiu 31,62% das receitas e transferências de impostos, cumprindo-se os termos do artigo 212 da CF/88. Atestou a fiscalização, ainda, que foram destinados 94,91% dos recursos do FUNDEB à valorização do magistério, revelando a observância ao art. 60, XII do ADCT da CF/88, e que a totalidade dos recursos recebidos foi aplicada dentro do próprio exercício.

b) Também foi superado o mínimo de aplicação de recursos na saúde, com investimentos de 18,85% da receita e transferências de impostos.

c) A transferência financeira à Câmara Municipal observou a limitação disposta no artigo 29-A da Carta da República, fixando-se em 6,70%.

d) Enquadrada no Regime Especial Anual de pagamento de Precatórios, a Municipalidade verteu depósitos suficientes ao Tribunal de Justiça do Estado para quitação desses compromissos, anotando-se, ademais, a tendência de liquidação do saldo até o exercício de 2020 e a inexistência de Requisitórios de Baixa Monta incidentes no período.

e) Foi atestada a regularidade formal dos recolhimentos dos Encargos Sociais devidos ao INSS e ao PASEP, bem como a ausência de RPPS na localidade.

f) Subsídios dos Agentes Políticos foram processados em conformidade com o ato fixatório, não se constatando pagamentos a maior.

g) O exercício foi encerrado com um **déficit** da execução orçamentária no montante de R\$ 809.690,99 (5,30%), integralmente amparado em superávit financeiro vindo do ano anterior (R\$ 1.086.866,40).

O Resultado Financeiro apresentou superávit de R\$ 277.249,50, registrando-se, igualmente, Resultado Econômico positivo, de R\$ 463.733,30, crescimento patrimonial de 5,44%, existência de suficiente liquidez frente aos compromissos de curto prazo (*índice de 2,48*) e redução de 23,96% no saldo da Dívida Fundada.

Na linha da manifestação de ATJ, entendo que os resultados econômico-financeiros não denotam situação de desequilíbrio, nem destoam das diretrizes preconizadas pela LRF, uma vez que o déficit orçamentário foi modesto e plenamente suportado com recursos financeiros do caixa municipal.

Conquanto não tenham implicado em desequilíbrio, as alterações orçamentárias atingiram o percentual de 23,80% da despesa inicialmente fixada, o que reclama a melhoria das técnicas de planejamento e a observância aos Comunicados SDG nº 29/10 e 35/15, devendo tais modificações margear a inflação projetada para o período.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Ademais, filio-me à manifestação de MPC e recomendo à Prefeitura que adote medidas de intensificação da cobrança de Dívida Ativa, majorando a recuperação desses créditos, conforme teor do Comunicado SDG nº 23/2013¹.

h) Despesas de Pessoal se fixaram em 53,49% da RCL no encerramento do exercício, mantendo-se abaixo do limite de 54% estabelecido na alínea *b* do inciso III do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em que pese o atendimento da regra fiscal em comento, consigno que a Origem superou o limite prudencial para essas despesas (95% de 54% = 51,3%) e deixou de observar as restrições previstas no Parágrafo Único do art. 22 do indigitado diploma, em virtude da nomeação de servidores para desempenho de cargos em comissão.

Considerando que a Origem já apresentou superação do limite prudencial no exercício de 2015 (51,51%), cumpre recomendar-lhe a adoção de medidas de contingenciamento dos gastos de pessoal e atenção às proibições legalmente estabelecidas, enquanto perdurar o excesso, lembrando que a reincidência da conduta criticada poderá inquinhar futuros demonstrativos.

i) No que tange às restrições do Último Ano de Mandato, observa-se que foi dado cumprimento ao disposto no Parágrafo Único do art. 21, na alínea *b* do inciso IV do art. 38, e no artigo 42, todos eles da Lei de Responsabilidade Fiscal; e às vedações impostas pela Lei Eleitoral.

Relativamente à aventada ofensa ao § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 4.320/1964, penso que a matéria não se revela apta a comprometer as contas em exame, já que evidenciado o cumprimento das restrições fiscais fixadas pela LRF, a qual estabeleceu regime ainda mais gravoso de precaução ao aumento de gastos no último ano de mandato.

Nessa linha foi o voto que proferi no processo das Contas Anuais do Exercício de 2012 da Prefeitura de Populina, cujo excerto ora colaciono:

Quanto ao apontamento sobre o empenhamento de despesas em dezembro, em valor superior aos duodécimos previstos para o exercício, avaliando que a norma, já à época de sua edição, possuía a preocupação de que não houvesse desequilíbrio fiscal, penso que a questão possa ser superada.

Sobre o tema, é importante ressaltar que a Lei Fiscal apresentou regras ainda mais rígidas a ser cumpridas em final de mandato, na comparação com o destaque do Estatuto Financeiro, mercê da proibição de aumento de despesas

¹ Comunicado SDG nº 23/2013 – DOE de 06/06/2013

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica que Estado e Municípios contabilizavam em 31 de dezembro de 2012 dívida ativa no total de R\$ 257.633.987.035,00. Reitera-se, diante disso, a necessidade de providências no sentido da recuperação desses valores, seja pela via judicial, observado o teor da consulta respondida nos autos do processo TC-7667/026/08, seja, especialmente, por meios próprios, mediante cobrança administrativa ou protesto extrajudicial, este último, inclusive, objeto da consulta respondida nos autos do processo TC-41852/026/10 e previsto no parágrafo único do artigo 1º da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



com pessoal e a vedação de constituição de dívida que não pudesse ser paga, as quais, conforme visto, cumpridas regularmente pela Origem (TC-1601/026/12. Contas Anuais do Exercício de 2012 da Prefeitura Municipal de Populina. Acórdão da Primeira Câmara, em sessão de 26/08/2014, sob minha relatoria. DOE de 01/10/2014)

No mesmo horizonte, aliás, foram os pareceres emitidos nos processo TC-1527/026/12 (*Contas Anuais de 2012 da Prefeitura Municipal de Guarantã, sob Relatoria do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, DOE de 28/10/2014*) e eTC-4177.989.16-7 (*Contas Anuais de 2016 da Prefeitura Municipal de Herculândia, sob Relatoria do Substituto de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli, DOE de 14/03/2018*).

II – Diante da implantação do IEGM, da realização de Fiscalizações Operacionais e Ordenadas e de outros indicadores sociais existentes, é possível ser feita análise operacional sobre os atos praticados pela Administração no período, transcendendo a aferição de legalidade, de modo que possam ser realizadas análises a respeito dos resultados obtidos na condução da execução orçamentária e financeira.

a) No que diz respeito à qualidade dos gastos, considerando as informações prestadas a esta e. Corte para a formulação do IEGM – Índice de Eficiência da Gestão Municipal, pelo qual é possível confrontar a adequação dos investimentos públicos à resposta esperada pela sociedade – qual seja, em favor de suas necessidades primárias – destaca-se que o Município obteve o índice B+, mantendo a marca do exercício anterior.

Esse índice demonstra que a Prefeitura adota uma gestão eficiente, existindo, contudo, margem para aprimoramento qualitativo de suas atividades.

b) Quanto à educação, há de se destacar que, diante das respostas apresentadas ao IEGM, expresso no quesito ***i-Educ***, o índice atribuído foi considerado “**B+**”.

Esse índice procura traduzir, não obstante as respostas apresentadas pelo Município aos diversos quesitos formulados, coerência com a verificação de aplicação dos mínimos constitucionais da educação.

Do ponto de vista quantitativo, verifica-se que o Município de Jeriquara ostentava, no exercício em exame, 698 alunos vinculados a sua rede de ensino, investindo **R\$ 8.621,36** por estudante. Isso representa um incremento de 9,13% em relação ao ano anterior (*Investimento em 2015 = R\$ 7.900,15*), mas um investimento 11,19% menor do que o apurado em sua Região Administrativa (*Investimento da RA de Franca = R\$ 9.708,12 por aluno*).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Quanto ao viés qualitativo, a análise sobre as informações disponibilizadas pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica² demonstra que **não** foram atingidas as metas pactuadas para os primeiros anos do ensino básico, considerando o último exercício avaliado.

4ª série/5º ano	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Município	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Jeriquara	5.0	6.2	5.5	4.9	5.3	4.3	4.6	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3

Embora o Município tenha conseguido incrementar o desempenho de seu alunado entre as duas últimas avaliações, em 0,4, os dados da tabela denotam que os resultados qualitativos do serviço educacional ofertado nos primeiros anos ainda se situam aquém dos parâmetros fixados pelo Ministério da Educação e daqueles almejados pela população local.

Já o resultado dos anos finais foi compatível com o estabelecido pelo IDEB:

8ª série/9º ano	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Município	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Jeriquara	4.5	6.6	5.1	5.0	4.7	3.0	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.0

Respostas fornecidas pela Origem ao *i-Educ* revelam que não foi adotado um programa específico para desenvolver as competências de escrita e leitura dos alunos, que as unidades escolares não apresentavam os espaços necessários ao pleno desenvolvimento da relação de ensino-aprendizado (*quadra poliesportiva*) e que algumas escolas necessitam de reparos em suas instalações.

No mesmo sentido, os trabalhos realizados na **5ª Fiscalização Ordenada do Exercício de 2016**, que teve por tema o programa de transporte escolar (*evento 9*), identificaram oportunidades de aprimoramento que devem ser consideradas pelo gestor na elaboração das políticas públicas educacionais.

Todas essas questões militam contra o pleno desenvolvimento das metas previstas pelo Plano Nacional de Educação do decênio 2014/2024:

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

² <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Isso enseja a revisão das políticas públicas afetas ao ensino e devem ser levadas em consideração no planejamento estratégico voltado ao setor, lembrando que o ideal e desejável é que possam ser corrigidos eventuais apontamentos e alcançados resultados positivos, o que não implica, necessariamente, na elevação nominal dos gastos – mas, sobretudo, na busca pela sua qualidade, calcada na ação transparente e responsável.

c) Na saúde, através do ***i-Saúde***, o índice IEGM alcançado foi “A”.

Com uma população de 3.146 habitantes, o Município investiu R\$ 1.051,02 *per capita* em políticas relacionadas à saúde, o que representa um acréscimo de 6,60% em face do exercício anterior (2015 = R\$ 985,98) e um dispêndio 51,15% maior do que o verificado em sua Região Administrativa (Franca = R\$ 695,35 *por habitante*).

Segundo consta no sítio eletrônico da Fundação Seade³, pode ser observado que o Município, em algumas situações, encontra-se em posição menos favorável na comparação com sua região administrativa e/ou ao próprio Estado.

Estatísticas Vitais e Saúde	Ano	Município	Reg.Adm.	Estado
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2016	20,00	10,09	10,91
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2016	20,00	11,34	12,58
Taxa de Mortalidade da População de 15 a 34 anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2016	189,75	83,20	104,20

Taxas de mortalidade infantil e mortalidade na infância revelaram-se superiores às médias regional (98,21% e 83,31% maiores, respectivamente) e estadual (83,32% e 58,98% maiores, respectivamente), inserindo a localidade em um quadro desfavorável desses indicadores.

Também se mostrou mais acentuada a taxa de mortalidade da população de 15 a 34 anos, a qual foi 128,06% maior do que a média da região administrativa de Franca e 82,10% maior do que a média estadual.

Quanto às respostas encaminhadas ao *i-Saúde*, apura-se que a Prefeitura possui apenas duas unidades de saúde instaladas no Município, sendo que, no encerramento de 2016, uma delas demandava obras de conservação e reparo.

Realça-se, além disso, que não são disponibilizados instrumentos tecnológicos para a marcação de consultas (*telefone, internet,...*), que não foram estruturados os componentes municipais de Gestão de Assistência Farmacêutica e do Sistema Nacional de Auditoria, que não foi implantado o serviço de Ouvidoria em Saúde e que os médicos não cumprem integralmente a jornada de trabalho estabelecida, comparecendo às UBS's apenas para as consultas agendadas.

³ <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Todas essas questões deverão ser reavaliadas no estabelecimento dos objetivos estratégicos para o setor, corrigindo-se os desacertos apontados.

d) Ante as notas atribuídas aos indicadores *i-Cidade* (C – Baixo Índice de Adequação) e *i-Gov-TI* (C+ - Em fase de adequação), o Município rever a condução de suas políticas públicas afetas à infraestrutura e mobilidade urbana, ações de contingenciamento, diretrizes de TI e transparência.

Sobre esse último ponto, ressalto que o responsável deverá disponibilizar em sua página eletrônica todos os documentos de interesse público previstos no artigo 48 da LRF.

III – Há um grupo de apontamentos que também indicam a necessidade de recomendar-se ao Executivo para que proceda a correção imediata, o que deverá ser avaliado em próxima inspeção.

Cabe ao responsável dar pleno cumprimento às disposições do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal quando da aprovação de ações que impliquem em renúncia de receitas, aqui se incluindo os casos de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, conforme dicção do § 1º do mesmo artigo.

A utilização do Regime de Adiantamento previsto nos artigos 65 e 68 da Lei Federal nº 4.320/64 deve observar os prazos fixados pela legislação local para prestação de contas, competindo à Prefeitura, também, regularizar as pendências encontradas no setor de tesouraria.

Falhas no processamento das compras governamentais ensejam fiel observância à Lei Federal nº 8.666/93, especialmente no que tange às hipóteses taxativas de dispensa de licitação e à vedação legal ao fracionamento da despesa.

Recomenda-se ao Município que adote uma gestão responsável dos seus resíduos sólidos, engendrando políticas de destinação e reaproveitamento ecológico dos rejeitos, em consonância com os objetivos da Lei Federal nº 12.305/2010.

Relativamente ao Quadro de Pessoal, não restou comprovado que os cargos em comissão se revistam das características de direção, chefia e assessoramento exigidas pelo inciso V do art. 37 da Constituição Federal, ante a falta de comprovação de que as atribuições desses postos estejam fixadas em lei.

Desse modo, deverá a Prefeitura rever o seu quadro de funcionários para restringir os cargos em comissão aos casos de direção, chefia e assessoramento, definindo as atribuições dos cargos e o nível de escolaridade



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



adequado para seu provimento, de acordo com as diretrizes traçadas no Comunicado SDG nº 32/2015⁴.

Alerto ao responsável, por fim, que garanta a fidedignidade dos dados encaminhados ao Sistema AUDESP e se atente às recomendações pretéritas desta Casa, lembrando que o descumprimento sistemático das determinações poderá inquinar os futuros demonstrativos.

Determino à fiscalização, ainda, que acompanhe o deslinde da ação judicial relativa à incorporação dos ativos de Iluminação Pública.

Assim, diante do verificado nos autos, acompanho as manifestações de ATJ e sua i. Chefia e voto pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de **JERIQUARA, exercício de 2016**.

Excetuo aqueles atos, porventura, pendentes de julgamento neste e. Tribunal, especialmente a matéria tratada no eTC-12394.989.16-4, que tem tramitação autônoma.

Determino, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Executivo Municipal, com **recomendações** para que:

- Melhore as técnicas de planejamento de modo a limitar as alterações orçamentárias à inflação projetada para o período, conforme disposto nos Comunicados SDG nº 29/10 e 35/15;
- Adote medidas de intensificação da cobrança de Dívida Ativa;
- Envide esforços tendentes a reduzir a Despesa de Pessoal e observe as restrições impostas pelo Parágrafo Único do art. 22 da LRF enquanto perdurar o limite prudencial;
- Aprimore a qualidade da educação municipal, com vistas a atingir as notas projetadas para o IDEB e as metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação;
- Corrija as fragilidades indicadas pelo IEGM, especialmente aquelas afetas ao *i-Educ* e *i-Saúde*, bem como os desacertos apurados em fiscalização ordenada;
- Reverta os índices desfavoráveis de mortalidade;
- Observe os requisitos da transparência fixados pelo art. 48 da LRF, bem como aqueles previstos no art. 14 do mesmo diploma legal para as renúncias de receitas;
- Cumpra com o prazo estabelecido na legislação local para a prestação de contas de adiantamentos;
- Regularize as pendências de Tesouraria e dê atendimento fiel à Lei Federal nº 8.666/93;
- Destine adequadamente os resíduos sólidos municipais, mediante políticas de reaproveitamento, em consonância com os objetivos da Lei Federal nº 12.305/2010;

⁴ Comunicado SDG nº 32/2015 – DOE de 26/08/2015

8. As leis devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos em comissão de Direção e Assessoria exclusivos de nível universitário, reservando-se aos de Chefia a formação técnico-profissional apropriado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



- Reveja o Quadro de Pessoal, restringido os cargos em comissão aos casos de direção, chefia e assessoramento e observando o Comunicado SDG nº 32/2015 ;
- Garanta a fidedignidade dos dados enviados ao Sistema AUDESP;
- Observe as recomendações pretéritas desta e. Corte.

A fiscalização deverá acompanhar o deslinde da ação judicial relativa à incorporação dos ativos de Iluminação Pública, além de verificar o cumprimento das recomendações e determinações aqui expedidas em suas inspeções futuras.

Transitada em julgado a decisão e cumpridas todas as providências e determinações cabíveis, arquivem-se os autos.

GCCCM/15